

Articulação constitucional e justiça de transição

Rafael Dilly Patrus



D' PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D' Plácido Editora.
Copyright © 2016, Rafael Dilly Patrus.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Leticia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D' Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte - MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

PATRUS, Rafael Dilly

Articulação constitucional e justiça de transição -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8425-226-8

1. Direito 2. Direitos Humanos 3. Direito Constitucional I. Título II. Direito

CDU342.7

CDD 341.2

Sumário

Prefácio 15

Introdução 21

PARTE 1

A PROPOSITURA E O CABIMENTO DA ADPF Nº 320

1. O ajuizamento da ADPF nº 320 29

1.1. A petição inicial: possibilidades e limites 29

1.2. Os antecedentes da iniciativa:
avanços e tensões 43

1.3. Conjuntura e estratégia 51

2. A ADPF nº 320 e a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund 57

2.1. A sentença da Corte Interamericana 57

2.2. O cumprimento da sentença da Corte Interamericana 71

2.3. Controvérsia constitucional relevante na ADPF nº 320 82

3. A ADPF nº 320 e o acórdão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153	97
3.1. O acórdão do Supremo Tribunal Federal.....	97
3.2. A revisão da anistia e o Poder Judiciário.....	103
3.3. Eficácia vinculante das decisões no controle de constitucionalidade por via principal.....	121

PARTE 2

A ADPF Nº 320 entre a Constituição de 88 e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos

4. Soberania e Constituição na era pós-nacional	135
4.1. Soberania e Constituição para além do Estado Nacional: entre identidade e diferença.....	135
4.2. Nós, o povo: o paradoxo do poder constituinte e a transformação do Direito.....	157
4.3. Para o constitucionalismo: patriotismo constitucional e pluralismo abrangente na Era Pós-Nacional.....	169
5. A Constituição de 1988 e o Direito Internacional dos Direitos Humanos	179
5.1. Entre a convencionalidade e a constitucionalidade: a tese do sistema de duplo controle.....	179
5.2. O status normativo da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	190

5.3. A eficácia vinculante das decisões da Corte Interamericana.....	206
6. Articulação constitucional e justiça de transição.....	217
6.1. Da Constituição transversal ao transconstitucionalismo entre ordens jurídicas.....	217
6.2. Convergência, resistência e articulação na adjudicação constitucional.....	223
6.3. Escolher a herança: o Supremo Tribunal Federal, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a justiça de transição no Brasil.....	237
Conclusões.....	247
Referências bibliográficas.....	251